



OS ALICERCES DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL INGLESA E DA CONSTRUÇÃO DA *PAX BRITANNICA*: ESBOÇO DE UM QUADRO SINÓPTICO

THE GROUNDS OF THE BRITISH INDUSTRIAL REVOLUTION AND THE CONSTRUCTION OF THE PAX BRITANNICA: DRAFTING A SYNOPTIC PICTURE

Fernão Pompêo de CAMARGO NETO¹

RESUMO

Este ensaio tem por objetivo listar um conjunto de circunstâncias que contribuíram para fazer da Inglaterra o núcleo central do processo de industrialização original, o que a levou a conquistar as condições necessárias à aquisição do status de potência hegemônica durante o século XIX.

Palavras-chave: *Revolução Industrial, Mudanças na Estrutura Fundiária, Êxodo Rural, Supremacia Naval, Hegemonia Política.*

ABSTRACT

This essay has the purpose of listing a set of circumstances that contributed to making England the center of original industrialization process, what mad it achieve the necessary conditions to acquire the status of hegemonical power in the 19th century.

Key words: *Industrial Revolution, Changes in the Agrarian Structure, Rural Exodus, Naval Supremacy, Political Hegemony.*

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste ensaio é procurar listar algumas das circunstâncias históricas e certos eventos significativos que foram importantes no processo através do qual a Inglaterra veio a se

tornar a sede da industrialização original, criando as bases necessárias para vir a conquistar a condição de potência hegemônica durante o século XIX.

O texto foi desenvolvido sob a forma de um quadro sinóptico, em que os tópicos listados,

⁽¹⁾ Doutor pelo IE/UNICAMP. Professor titular do Centro de Economia e Administração da PUC-Campinas.



sempre que possível, procuram respeitar uma seqüência cronológica, e foi feito para servir de *aide-mémoire* para quem pretenda ter um roteiro que o conduza a assimilar de forma mais ampla o tema em epígrafe.

2. A RADICAL RUPTURA DA ORDEM POLÍTICA E SOCIAL MEDIEVAL

A partir do século XIV, uma série de acontecimentos contribuiu para uma profunda transformação das condições políticas e sociais reinantes na Inglaterra durante a Idade Média. Entre os eventos determinantes das mudanças ocorridas, podemos apontar:

a) a submissão ao rei por parte da nobreza feudal inglesa, que havia sido militarmente derrotada pela francesa na Guerra dos Cem Anos (1337-1451) e, logo após, sofreu inúmeras perdas e se enfraqueceu politicamente durante a Guerra das Duas Rosas (1450-1485);

b) o rompimento dos laços feudais a que estavam submetidos os camponeses, especialmente após a derrota de 1381, passando, então, a ser predominante, nos campos ingleses, a classe dos camponeses livres, dedicados à pequena produção independente;

c) o enfraquecimento do clero – um dos pilares em que se apoiava a ordem feudal – pela Reforma promovida por Henrique VIII, sendo os seus bens imóveis (entre outros, cerca de 800 mosteiros) desapropriados pelo rei;

d) o fim da interferência de Roma nos negócios internos ingleses, determinado através da criação da Igreja Anglicana, da qual o rei era o chefe supremo;

e) a centralização política e administrativa e a afirmação da nacionalidade, que confirmaram e reforçaram os poderes reais;

f) a crescente influência, junto ao rei, no vácuo aberto pela nobreza e pelo clero, da burguesia mercantil, cada vez mais interessada no comércio exterior; e

g) a substancial alteração do perfil dos proprietários de terras na Inglaterra, decorrente do fato de que, à medida que o Estado, movido pelas dificuldades financeiras que enfrentava, vendia as terras de domínio público e as que haviam sido por ele expropriadas da Igreja à burguesia comercial e usurária, esta, em paralelo, também adquiria terras da antiga nobreza arruinada ou perdulária, fato este que possibilitou o fortalecimento, entre os terratenentes, da *gentry*, de origem nobre ou burguesa, ao mesmo tempo que o poder que detinham os membros da antiga nobreza se tornava relativamente cada vez mais débil.

3. A TRANSFORMAÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Com o progressivo processo de transformação da terra em mercadoria e o avanço, no campo, da mercantilização da produção, estimulou-se na Inglaterra o investimento em terras que pudessem ser aproveitadas para o atendimento da crescente demanda por mercadorias apresentada pelos mercados em expansão. Neste contexto, os institutos dos *open fields* e dos *common fields* apareciam como ranços feudais a bloquear as possibilidades de desenvolvimento da grande produção em moldes capitalistas. Para que pudessem ser implantadas mudanças na forma de organização produtiva rural, o primeiro requisito seria a propriedade privada de glebas de terras contínuas cada vez mais amplas.

As transformações prévias requeridas para que isto pudesse vir a se viabilizar puderam ser efetivadas através de movimentos intestinos da própria sociedade rural, por meio do cercamento das áreas comunitárias – que se processaram, impulsionados pela crescente demanda de lã, já a partir da segunda metade do século XV, através da aquisição de terras de camponeses empobrecidos e pela ruptura dos contratos de arrendamentos feudais existentes nas propriedades da nobreza tradicional e da *gentry*, bem como pela perspectiva de, através de novos

contratos assinados com produtores mercantis, poder vir a ser obtida uma mais expressiva renda da terra.

4. O ALICIAMENTO DE MÃO-DE-OBRA RURAL PARA PRODUZIR EM REGIME DE *PUTTING-OUT* NA PRODUÇÃO MANUFATUREIRA URBANA.

Para contornar os entraves ao avanço da mercantilização da produção, surgidos da organização do artesanato urbano em regime corporativo, os comerciantes não tardaram a compreender que havia no campo um imenso reservatório de mão-de-obra barata, organizando, já a partir de meados do século XV, essa força de trabalho latente para produzir no sistema de *putting-out*. Neste sistema produtivo, o mercador submetia os camponeses, aos quais fornecia instrumentos de trabalho e matérias-primas, à entrega periódica de lotes regulares de produtos, ficando assim livre das restrições corporativas. O *putting-out* veio, dessa forma, permitir que o detentor do capital subordinasse formalmente a seus interesses os produtores independentes, podendo obter ganhos de produtividade por meio de uma adequada divisão técnica do trabalho e pela crescente especialização dos produtores. Ademais, podiam os camponeses desenvolver, paralelamente às suas atividades artesanais, atividades agrícolas que contribuía para a redução do custo de reprodução da sua própria força de trabalho.

Isto contribuiu para que pudesse ser constatada na Inglaterra, mormente no setor têxtil, uma tendência à produção maciça de artigos muito baratos, adequada às condições que se delineavam, já no século XVI, de um mercado de consumo de massas. Eram criadas, desse modo, as condições para que, na Inglaterra, mais do que em qualquer outra nação da época, o campo, através do rompimento dos bolsões de economia de subsistência, se visse crescentemente integrado às redes do circuito comercial.

Por outro lado, com o constante afluxo às cidades de levas proletarizadas de camponeses expropriados pelos cercamentos, foram criadas as condições para que alguns mestres de ofício, contrariando as normas corporativas, adquirissem, pela contratação de trabalhadores assalariados, o *status* de produtores manufatureiros.

5. A AMPLIAÇÃO DA REDE DE CIRCUITOS COMERCIAIS

No século XVI, o rei, impulsionado pelos interesses da burguesia mercantil inglesa, expulsou de seus domínios os mercadores estrangeiros e autoriza a criação de companhias de comércio que passaram a disputar, com a Liga Hanseática e com comerciantes holandeses, as rotas comerciais do Mar do Norte e do Báltico. Outras companhias passaram, a partir de meados do século, a explorar o comércio com a Rússia, com Veneza e com o Levante. Entretanto, somente em 1600 foi autorizada a criação da Companhia das Índias Orientais, a primeira – e a maior de todas – companhia de comércio destinada à exploração colonial.

Lança-se, assim, a Inglaterra, como *late comer*, na acirrada disputa, com as demais potências da época, pelo domínio dos mercados e circuitos comerciais coloniais.

A exploração do comércio colonial e de seu mais rico filão – o tráfico de escravos africanos – representou um momento essencial para o desenvolvimento do Capitalismo. Coube às colônias então estabelecidas um duplo papel na dinâmica do Antigo Sistema Colonial: o de produtoras de gêneros tropicais que eram vendidos aos comerciantes metropolitanos e, em paralelo, o de mercado comprador das mercadorias que abasteciam os mercados internos das colônias, fornecidas pelos mercadores metropolitanos.

Beneficiou-se bastante a Inglaterra, no seu comércio junto aos mercados coloniais, da

robusta base produtiva mercantil de que dispunha no campo – bastante anterior à sua inserção nos circuitos comerciais coloniais –, produtora em massa de artigos de baixo custo que eram amplamente aceitos naqueles mercados.

6. A CONQUISTA DA SUPREMACIA NAVAL

Ao destruir, no final do século XVI, a “Invencível Armada” de Felipe II, no Mar da Mancha e, posteriormente, ao derrotar a Holanda, no período entre 1652 e 1674, em guerras provocadas por disputas comerciais, que se tornaram freqüentes a partir dos Atos de Navegação de 1651, a Inglaterra passa a ser a “Rainha dos Mares”, conquistando, de modo inquestionável, a supremacia naval, fato este que contribuiu bastante para que ela ampliasse os seus horizontes como potência colonial.

7. OS MOVIMENTOS REVOLUCIONÁRIOS E O ESTABELECIMENTO DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA INGLESA

Os movimentos revolucionários do período 1640-1688, que implicaram uma luta política entre a Coroa e o Parlamento – em que predominava a *gentry*, que representava os interesses burgueses –, culminaram na chamada “Revolução Gloriosa”, em 1688, que depôs o rei, constituindo-se no marco da definitiva ascensão da burguesia comercial ao poder.

O novo rei, chamado pelo Parlamento para ocupar o trono, cria condições, ao abdicar de muitas de suas prerrogativas, para o estabelecimento da democracia representativa inglesa. Passou o Parlamento, em consequência dessa vitória burguesa, a controlar o comércio, as finanças, a justiça e o exército. Prevaleciam, dessa forma, os interesses burgueses relativamente aos do Estado, e uma série de medidas de profundo alcance foi tomada pelo

Parlamento, trazendo, como resultado, um maior enfraquecimento da alta nobreza, o abandono das leis regulamentadoras das corporações artesanais e das leis anti cercamentos, bem como a progressiva liquidação dos monopólios da produção e do comércio.

8. A REVOLUÇÃO AGRÍCOLA

A chamada Revolução Agrícola foi em boa parte viabilizada pelos cercamentos, que, ao permitirem a formação de grandes áreas de terras contínuas, criaram as condições requeridas para que uma série de melhoramentos se tornasse possível: eliminação de áreas não aproveitadas, rotação de culturas, aperfeiçoamento do sistema de drenagem, aplicação de fertilizantes – especialmente o *guano* e o salitre do Chile, cuja comercialização era monopólio dos ingleses – e, de forma geral, a aplicação de outros métodos intensivos de produção.

O aumento da produtividade que disto vai decorrer proporciona à produção agrícola condições de atendimento à progressiva demanda por matérias-primas e alimentos que se faz sentir da parte do capital industrial e, de outro lado, vai conduzir à proletarianização os produtores diretos que expulsa dos campos, bem como, em paralelo, vai procurar aproveitar os encadeamentos produtivos decorrentes do imenso potencial apresentado pelo setor agrícola no que se refere à absorção da produção das indústrias nascentes.

9. A PERDA DO PODERIO DE QUE DESFRUTAVAMOS FRANCESES

Ao ser derrotada na Guerra dos Sete Anos (1756-1763), a França se viu desfalcada de grande parte do império colonial que havia construído nos dois séculos anteriores, deixando de representar uma ameaça imediata à supremacia naval e comercial inglesa.

10. LIBERALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES INTERNAS, PROTEÇÃO DA PRODUÇÃO NACIONAL E IMPOSIÇÃO DO LIVRE-CAMBISMO

O Estado inglês assumia, progressivamente, no âmbito interno, posturas políticas direcionadas à redução, ou mesmo à extinção, de privilégios, de forma a poder reduzir ao mínimo possível a sua interferência na condução dos negócios, entregando-os às forças de mercado (oferta e procura), incentivando a concorrência e adotando, enfim, políticas de cunho claramente liberal.

No que tange às relações comerciais com o exterior, a postura assumida pelo governo inglês é evidentemente protecionista dos interesses mercantis britânicos contra os dos concorrentes estrangeiros. As tarifas alfandegárias deixaram de ser meros instrumentos de arrecadação de tributos, passando a exercer, concomitantemente, o papel de meios de proteção à produção manufatureira e agrícola nacional, enquanto a tributação à exportação era reduzida ou eliminada.

Buscava, como se pôde ver, a Inglaterra, por todos os meios ao seu alcance, assegurar privilégios comerciais e a conservação e expansão do seu império colonial. Paralelamente, preocupava-se em proporcionar, às suas atividades produtivas e comerciais internas, tranqüilidade para produzir, evitando, para tornar isto viável, a eclosão de confrontos com os demais países europeus, procurando, sempre que possível, assumir posturas conservadoras na Europa, ao mesmo tempo que se mostrava violenta e liberal nos mares.

Colocava-se a Inglaterra, ao agir desta maneira, na posição de um maestro ao qual cabia reger concomitantemente duas frentes musicais distintas: ribombares de canhões, gritos de medo e de desespero, a fuzilaria dos mosquetes; esta era a música do *front* externo.

Enquanto isso, na frente interna a música era outra, ritmada pelo compasso das máquinas em funcionamento, que impunham o seu ritmo aos trabalhadores – que agora dançavam conforme a música por elas tocada –, pelo chacoalhar dos teares em produção, pelo chiar das caldeiras nas indústrias, ouvindo-se, ainda, em surdina, os gemidos e o choro abafado de uma multidão miserável de proletários, submetidos a limites quase inimagináveis de exploração.

11. LONDRES PASSA A SER O NOVO CENTRO FINANCEIRO DO MUNDO

A coerente administração da dívida pública e o poderio crescente do Estado inglês estimulavam aplicações em títulos do governo, mesmo diante das sensíveis baixas das taxas de juros por este pagas, havendo, inclusive, uma forte atração de capitais estrangeiros. Como órgão de apoio à administração da dívida foi criado o Banco da Inglaterra, que concedia créditos ao Governo e era o único banco emissor de moeda escritural na região de Londres, além de exercer controle sobre os bancos provinciais.

O Banco da Inglaterra exerceu um importante papel no sentido de liberar as atividades capitalistas das altas taxas de juros que eram impostas pelo capital usurário e, também, no que toca à garantia da estabilidade do funcionamento do sistema de crédito criado no século XVIII. Há, ao longo desse século, uma tendência à transferência da hegemonia financeira internacional de Amsterdã para Londres, o que se consubstancia através do enorme afluxo de ouro brasileiro, que foi usado por Portugal, durante a vigência do Tratado de Methuen, para a cobertura de seus déficits comerciais com a Inglaterra. Londres veio, com isto, a se tornar o novo centro financeiro da Europa, acumulando reservas metálicas que foram bastante importantes para que pudesse a Inglaterra sustentar, mais para a frente, as Guerras Napoleônicas.

12. A INGLATERRA REÚNE TODAS AS PRECONDIÇÕES NECESSÁRIAS À INDUSTRIALIZAÇÃO

No último quartel do século XVIII, apresentava a Inglaterra, tanto na cidade quanto no campo, as condições para se industrializar: uma considerável quantidade de proletários à disposição para ser contratados para o trabalho nas indústrias nascentes, capital sob a forma de dinheiro previamente acumulado pronto para ser convertido em capital industrial e a existência de mercados a serem abastecidos. Além disso, a utilização do vapor como força motriz abre novas perspectivas para a produção industrial em larga escala e para o barateamento e maior rapidez do transporte de mercadorias e de passageiros (locomotiva e barco a vapor), que seriam inimagináveis com as fontes até então disponíveis de energia (mecânica, hidráulica, eólica...).

O primeiro ramo de produção que se organizou como grande indústria foi o têxtil, que encontrou, em virtude do elevado grau de mercantilização da economia inglesa, grandes mercados, interna e externamente. Para que a produção têxtil pudesse se expandir eram requeridas condições de produção e de reprodução, numa escala significativa, dos equipamentos nela empregados. Isto se tornou possível graças à existência, no setor manufatureiro, de um razoável número de trabalhadores com a aptidão requerida para a construção de máquinas. Criava-se, dessa forma, a condição básica para se ter, claramente diferenciado, um departamento produtor de meios de produção, o que vem a tornar possível a automatização do progresso técnico e a contribuir para a autodeterminação do capital.

Existiam, então, conjugadas, as condições requeridas para que se processasse a Revolução Industrial. Entretanto, por revolução deve-se entender a transformação da organização, tanto quanto a dos meios de produção. A

organização da produção subentende a necessidade de se concentrar grandes grupos de trabalhadores em determinados locais – as fábricas –, onde cada trabalhador deve cumprir sua tarefa, sob supervisão e de forma disciplinada. E mais, diferentemente do que ocorre na manufatura, na qual a submissão do trabalhador ao capital é meramente formal, na indústria a submissão é real, o que faz do trabalhador um simples apêndice da máquina.

13. A CONSOLIDAÇÃO DA “PAX BRITANNICA”

Derrotado Napoleão, em 1815, e neutralizada a influência francesa na Europa através da ação da Quádrupla Aliança, ganha a Inglaterra condições para conquistar a hegemonia política, comercial, financeira e naval ao longo do restante do século XIX, forjando um novo sistema econômico internacional assentado no livre comércio, bem como na especialização e na divisão social do trabalho, que passa a funcionar dentro da nova ordem estabelecida e garantida pela vigência da “Pax Britannica”.

14. CONCLUSÃO

Como pôde ser visto, ao longo deste ensaio, a preocupação central nele apresentada é a elaboração de um roteiro, sob a forma de um quadro sinóptico, no qual se procura, dentro do possível, seguir uma certa seqüência cronológica, e no qual não há qualquer pretensão de se esgotar o assunto, reunindo um conjunto de circunstâncias e de eventos que devem ser lembrados para se poder pensar as condições históricas que fizeram da Inglaterra, no século XIX, concomitantemente, a sede da industrialização originária e a potência detentora da hegemonia no que se refere à política, ao comércio, às finanças e à capacidade bélica.

15. BIBLIOGRAFIA

CIPOLLA, Carlo M. *História econômica da Europa pré-industrial*. Porto: Edições 70, 1984.

DOBB, Maurice. *A evolução do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

HILL, Christopher. *A revolução inglesa de 1640*. Lisboa: Presença, 1981.

_____, *O mundo de ponta-cabeça: Idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HILTON, R. *A transição do Feudalismo para o Capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOBSBAWM, E. J. *Da Revolução Inglesa ao Imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1986.

LANDES, D. S. *The unbound Prometheus*. Cambridge: Cambridge U. P., 1987.

MARX, Karl. *O capital (Crítica da Economia Política)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

NOVAIS, Fernando Antonio. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. *O processo de industrialização: capitalismo originário ao atrasado*. Campinas: IE/UNICAMP, tese de doutoramento, 1986.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

SWEEZY, Paul et alii. *A transição do feudalismo para o Capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. Rio de Janeiro: Americana, 1975.

